

MUNICÍPIO DE RIBEIRA BRAVA



RELATÓRIO DE GESTÃO



INTRODUÇÃO	2
1. ENQUADRAMENTO	2
2. PRINCIPAIS ATIVIDADES	4
2.1. Investimento	4
2.2. Obras e Urbanização	3
2.3. Limpeza urbana e jardins	3
2.4. Programa Eco-Escolas e Bandeira Azul	5
2.5. Atividades Culturais, Biblioteca e Tempos Livres	5
2.6. Serviços, Ação Social, Saúde e Educação	8
2.6.1. Atividades do Setor da Acção Social	9
2.6.2. Processos no âmbito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava	11
2.6.3. Aplicação Informática "Brava Social"	12
2.7. Outras Ações Desenvolvidas	13
2.8. Apoio a Instituições	13
3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	14
3.1. Execução e Estrutura Orçamental da Despesa	14
3.1.1. Execução da Despesa	14
3.1.2. Composição da Despesa	16
3.1.3. Evolução da Despesa	17
3.1.4. Orçamentado vs Executado	18
3.1.5. Indicadores de Gestão	20
3.2. Execução e Estrutura Orçamental da Receita	22
3.2.1. Execução da Receita:	22
3.2.2. Composição da Receita	24
3.2.3. Evolução da Receita	25
3.2.4. Evolução das Receitas Próprias	27
3.2.5. Indicadores de Gestão	27
3.3. Análise Patrimonial	29
3.3.1. Balanço:	29
3.3.2. Análise de Endividamento	32
3.3.3. Endividamento de Médio e Longo Prazo	32
3.3.4. Indicadores de Gestão	34
3.3.5. Demonstração de Resultados	35
3.4. Resultado Líquido do Exercício	37
4. CONCLUSÃO	38
5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	38



INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão é elaborado de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.º-A/99, de 22 de fevereiro e apresentado conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, que aprovou as *Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL*, publicada no Diário da República n.º 191 – II Série, de 18 de agosto de 2001.

Os documentos que compõem o presente relatório têm como objetivo explicar de forma elucidativa e rápida a situação económica e financeira do Município de Ribeira Brava no ano de 2012.

Em suma uma análise que contempla: os níveis de execução da receita e da despesa, a gestão autárquica no que respeita ao investimento, as dívidas de curto, médio e longo prazo, o financiamento externo, e por fim, uma caracterização do ponto de vista patrimonial da situação financeira da autarquia tendo em conta os valores apresentados no Balanço e na Demonstração de Resultados.

Neste exercício económico, continuou-se a reunir esforços no sentido de implementar a Contabilidade Analítica, como tal tornou-se impossível aferir os valores de variação de produção e apresentar uma demonstração de resultados por funções. Por este facto o resultado líquido apresenta-se valorizado abaixo do valor real.

1. ENQUADRAMENTO

Em 2012, Portugal continuou a implementar diversas medidas de austeridade, por imposição da Troika, com vista à redução e controlo da dívida pública.

Destas medidas destacam-se, ao nível da despesa, a continuação da redução progressiva dos salários da função pública através da perda/redução dos subsídios de Natal e de férias para os funcionários Públicos e reformados; a revogação do subsídio de insularidade dos funcionários públicos da Madeira, bem como a redução para os do Porto Santo; o congelamento de promoções e progressões; para além da redução do rendimento social de inserção, do subsídio de desemprego e de diversos abonos sociais; a redução das despesas no âmbito do PIDDAC, a limitação do investimento público para a região, no montante de 150 milhões para 2012, e a redução das transferências do Estado para as autarquias de todo o País.



Ao nível da receita fiscal, a Madeira, devido ao plano de ajustamento financeiro à região, foi obrigada a implementar as seguintes medidas: a equiparação das taxas de IRC e IRS às praticadas no território continental, o aumento de 16% para 22% da taxa normal do IVA, aumento de 15% da taxa do imposto sobre os combustíveis (ISP), aumento do imposto sobre o Álcool e as bebidas alcoólicas e aumento do Imposto sobre o Tabaco.

Contudo e apesar de todas estas medidas a economia portuguesa, continuou a desacelerar, registando-se um elevado aumento da taxa de desemprego, que situou-se nos 17,3% em dezembro de 2012, face aos 14,6% de dezembro de 2011; um défice orçamental de 4,9% segundo o governo e de 6,6% segundo o Eurostat, quando este devia ter-se situado nos 4,5% (conforme previsões/exigências iniciais da Troika); um crescimento negativo de 3,2%, onde apenas e só as exportações registaram um aumento na ordem dos 5,8% face a 2011; o que associado à falta de medidas que fizessem catapultar o crescimento e o emprego, e a uma União Europeia, cujo objetivo é defender as necessidades e medidas impostas pela Alemanha e pelos mercados de capitais, fez aumentar as desigualdades sociais e a falta de esperança/confiança na melhoria das condições da economia portuguesa e europeia.

Assim, a recessão económica em conjugação com os cortes orçamentais sofridos nos últimos anos, impôs diversas alterações no modelo de desenvolvimento local conduzindo a uma redefinição das prioridades de investimento, fazendo emergir a necessidade e a obrigação de procedermos, de forma mais célere, à redução das despesas correntes e ao cumprimento dos compromissos com os nossos fornecedores, por forma a minimizarmos o estrangulamento da economia regional e a respondermos a uma vertente social cada vez mais patente.

Ora, no caso dos Municípios que com todas estas medidas, já haviam sentido a retracção da economia e conseqüente queda das receitas, surgiu um dos maiores desafios à gestão autárquica através da publicação da Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro, e do decreto-Lei nº127/2012, de 21 de Junho, designada de “lei dos compromissos e pagamentos em atraso”, na qual é exigido que no orçamento se estabeleça como limite máximo da despesa, o rendimento disponível, não se podendo contar com o endividamento, nem com atrasos no pagamento aos fornecedores, independentemente das estimativas orçamentais de recebimento. Em suma, se existirem verbas disponíveis, o Município poderá realizar encomendas, obras, conceder subsídios e apoios, caso contrário, é necessário aguardar que estas verbas estejam disponíveis, mesmo que saibamos que a vamos obter até ao final do ano económico.



Por conseguinte, em 2012, o Município de Ribeira Brava, em resultado das diversas condicionantes, teve de reestruturar novamente a sua estratégia, negociando com os seus fornecedores através de planos de pagamento a curto, médio e longo prazo, reduzindo o nível de aquisição de bens e serviços e de investimento de acordo com o carácter estrutural, essencial e urgente, reduzindo subsídios e transferências para diversas entidades de âmbito de apoio geral (apesar de necessário), mas reforçando o apoio social através de entidades públicas e privadas que realmente demonstraram ser capazes de responder com rigor e clareza às necessidades dos munícipes ribeirabravenses.

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES

2.1. INVESTIMENTO

Em 2012, e apesar da diminuição das verbas disponíveis para o investimento, o Município de Ribeira Brava manteve uma política de investimentos apostada na construção e recuperação das estradas e caminhos agrícolas e municipais, apostando na reparação de veredas, levadas e outros pequenos caminhos, no sentido de promover a circulação dos nossos cidadãos que cada vez mais procuram a agricultura de subsistência, como forma de reduzir os danos causados pelo aprofundamento da crise económica.

2.2. OBRAS E URBANIZAÇÃO

- Melhoria das Estradas e Caminhos Municipais;
- Construção da E. M. do Moreno, Pedra Mole – Ribeira Brava – Em Execução;
- Construção da E.M. do Rodes e Longueira – Campanário – Em Execução;
- Estrada Municipal entre os sítios da Pedra Nossa Senhora e Vigia – Campanário; - Em Execução;
- Estrada Municipal do Pico Ferreiro, Massapez e Apresentação – Tabúa – Em execução;
- Construção da E.M entre os sítios da Fonte Pinheiro, Moreno e Barreiro – Ribeira Brava – Em Execução;

2.3. LIMPEZA URBANA E JARDINS

Conforme em anos anteriores, o Município de Ribeira Brava adquiriu diverso material e produtos de higiene e limpeza, com vista à manutenção da limpeza de veredas, miradouros, jardins, estradas e caminhos municipais, e de todos os espaços públicos do concelho, no sentido de manter uma imagem clara, da higiene, beleza e cultura do concelho.



2.4. PROGRAMA ECO-ESCOLAS E BANDEIRA AZUL

O Eco-Escolas é um Programa Internacional que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental/EDS. Fornece fundamentalmente metodologia, formação, materiais pedagógicos, apoio e enquadramento ao trabalho desenvolvido pela escola.

Os principais temas abordados no âmbito do programa são: água, energia, resíduos, biodiversidade, agricultura biológica, floresta, mar, mobilidade, ruído, alimentação e gestão ambiental da escola.

O Município de Ribeira Brava aderiu como parceiro, ao programa Eco-Escolas, no ano letivo 2012-2013, apesar de já apoiar as seguintes escolas e entidades em anos anteriores (algumas delas já obtiveram a bandeira verde, pela obtenção dos objetivos do programa):

- Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares;
- Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade
- EB1/PE Bica de Pau;
- EB1/PE Tabua;
- Centro de Atividades Ocupacionais da Ribeira Brava;
- Creche do Campanário;

O Município tem assim cooperado com as escolas referidas, através da manutenção/reparação e substituição de equipamentos e do material utilizado nas instalações das mesmas, no sentido de que estas proporcionem aos seus alunos, professores e comunidade em geral, uma óptica do desenvolvimento sustentável e da necessidade de garantia de segurança de utilização dos recursos naturais pelas futuras gerações.

No âmbito da atribuição da Bandeira Azul, mais uma vez o Município não concorreu, devido aos estragos causados pela intempérie de 20 fevereiro de 2012.

Porém, no sentido de proporcionar um espaço de convívio e lazer, para todos os munícipes e visitantes, durante todo verão, o Município procedeu ao desassoreamento da praia, assim como à limpeza, preparação e manutenção da praia durante a época balnear.

2.5. ATIVIDADES CULTURAIS, BIBLIOTECA E TEMPOS LIVRES

Em 2012, o Município prosseguiu com o apoio às diversas atividades recreativas e culturais, no âmbito da política seguida por esta Edilidade, uma vez que são áreas extremamente importantes na dinamização do Concelho.



Das várias atividades apoiadas por esta Autarquia, destacam-se as seguintes:

Janeiro

- Cantar dos Reis na frente-mar da Ribeira Brava 05 de Janeiro
- Tertúlia com o escritor António Barroso Cruz
- Lançamento do III Concurso de Fotografia: "FotoCultura na Ribeira Brava"
- Peça de Teatro: "Bilhardando Modernices"
- Palestra: "Preparar o Futuro" – 27 de Janeiro

Fevereiro

- Desfile de Carnaval das Escolas do Concelho – 17 de Fevereiro
- Cortejo Trapalhão – 19 de Fevereiro
- Exposição de Fotografia
- Visita da Escola EB1/PE da Tabua – 4º ano
- Realização da penúltima fase do concurso de Triatlo Literário
- Exposição temática: "Banda Desenhada"

Março

- Exposição: "Living with Art"
- Exposição: "Plantas Invasoras – Ameaça à Floresta Laurissilva"
- Formação: "Como preencher o seu IRS pela Internet"
- Exposição: Rede Natura 2000 – Projecto Cetáceos Madeira II

Abril

- Comemorações do Dia Mundial da Saúde – 10 de Abril
- Apresentação do CD "O Nosso Canto" do Grupo Coral da CP de Campanário – 28 de Abril
- Sessão de Sensibilização: "Colorir as Palavras"
- Semana das Expressões de 13 de Abril a 02 de Maio
- Exposição temática: "O 25 de Abril"

Maio

- Dia do Trabalhador – Atividades Desportivas na Frente Mar – 01 de Maio
- Comemorações do Dia do Concelho – 06 de Maio



- XXIX Encontro Regional de Bandas Filarmónicas da Madeira – 13 de Maio
- Exposição Comemorativa do 90º Aniversário do Raid Aéreo entre Lisboa e Funchal.
- Exposição: “Ao longo do tempo”
- Visita da Escola EB1/PE da Ribeira Brava – Dias das Provas de Aferição (09 e 11 de Maio).
- Exposição temática: “Dia da Mãe”
- Exposição: “Laurissilva”
- Exposição: “Os Direitos da Criança”
- Peça de Teatro – organizado pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

Junho

- Atividades de Comemoração do Dia da Criança – 01 de Junho
- Programa: “A escritora vem à Escola”: Graça Alves
- Actuação da Orquestra de Cordas do GCEA – 17 de Junho
- Exposição temática: “Camões”
- Arraial de São Pedro com actuação das marchas populares – 28 de Junho

Julho

- Finalização do Concurso de Fotografia “FotoCultura na Ribeira Brava”

Agosto

- Feira de Artesanato – 05 de Agosto
- Participação na Feira de Artesanato com a Biblioteca Infantil
- Exposição do Concurso de Fotografia “FotoCultura na Ribeira Brava”

Setembro

- Exposição: “Clube de Judo da Ribeira Brava”
- Serenata Solidária – 21 de Setembro
- Exposição temática: “Um Livro... Um Filme”

Outubro

- Comemorações do Dia Internacional do Idoso – 01 de Outubro
- Concerto CGEA – Ser Clave – 11 de Outubro
- Intercâmbio de livros da Biblioteca com as escolas do concelho



- Exposição temática: "Halloween"
- Sessão de cinema dedicado ao Halloween: "A Noiva Cadáver"

Novembro

- Exposição: "Madeira – Destino de Cruzeiros"
- Concerto CGEA – Ensemble Vocal Regina Pacis – 11 de Novembro
- Exposição temática: "São Martinho"
- Homenagem ao 90º Aniversário de José Saramago
- Intercâmbio de livros da Biblioteca com as escolas do concelho
- Exposição da EB1/PE da Tabua
- Histórias para os mais pequeninos
- Feira do Livro com inclusão de duas palestras, animação de rua e palestra com escritora;

Dezembro

- Exposição de Natal
- Feira de Oportunidades – 08 e 09 de Dezembro
- Feira de Doces e Tradições de Natal – 16 e 23 de Dezembro
- Semana Regional da Pessoa com Necessidades Especiais 2012
- Educação Financeira: "O dinheiro não cresce nas árvores"
- Visita da turma de 10º ano da disciplina de Economia para entender o funcionamento organizacional da Biblioteca
- Intercâmbio de livros da Biblioteca com as escolas do concelho
- Exposição da EB1/PE da Bica de Pau
- IV Encontro de Romagens e Romarias da Ribeira Brava – 26 de Dezembro

2.6. SERVIÇOS, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

Em 2012, e apesar das dificuldades financeiras, o Município de Ribeira Brava promoveu várias ações de interajuda no sentido de salvaguardar e proporcionar eventos culturais, educacionais e sociais para toda a população ribeirabravense, nomeadamente as seguintes:

- Transportes escolares.
- Beneficiação e Manutenção dos Edifícios Escolares.
- Fornecimento de transporte para as visitas de estudo das escolas do Concelho.



- Atribuição de bolsas de estudo a 223 alunos universitários, no ano letivo 2011/2012, no montante de 450,00€/bolseiro.
- Promoção e apoio à Terceira Idade.
- Fornecimento de transporte para as caminhadas a pé, organizadas pelas respetivas Associações Desportivas de Concelho.
- Fornecimento de transporte para atividades culturais no qual participaram as várias escolas, casas do povo, juntas de freguesia, grupos corais e musicais, grupos paroquiais, associações, centros comunitários e outros;
- Protocolo de cooperação com a ADBRAVA, no montante de 65.000,00€/ano.
- Renovação do Protocolo existente entre esta Autarquia e a Associação de Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava, com base na resolução nº 720/2004 do Governo Regional, no montante de 12.387,02€ por mês.

2.6.1. ATIVIDADES DO SECTOR DA ACÇÃO SOCIAL

Ao longo do ano de 2012 a atuação do Setor de Ação Social desenvolveu-se nos seguintes níveis: intervenção social junto das famílias atingidas pela intempérie; intervenção social junto de famílias com problemas habitacionais e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava (CPCJ).

À semelhança dos anos transatos, o Município da Ribeira Brava fez-se representar na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava (CPCJ), na modalidade restrita e alargada, pelo Vereador com o pelouro da Ação Social e pela Assistente Social cooptada. Assim a intervenção social foi realizada quer no âmbito da CPCJ, trabalhando com as mais diversas problemáticas que afetam as crianças e jovens do Concelho, mas também no âmbito da ação social da CMRB, mais especificamente ao nível dos problemas habitacionais.

O gráfico que se segue (Gráfico 1) é demonstrativo da representatividade de cada uma destas áreas na atividade do Setor da Ação Social, ilustrando o tempo afeto à intervenção social desenvolvida nos diferentes tipos de processos acompanhados. De salientar que neste gráfico, é contabilizado, não só o tempo dedicado a entrevistas, reuniões e visitas domiciliárias, mas também o tempo despendido na gestão dos diferentes tipos de processos, onde se inclui a recolha de informação junto das mais diversas entidades (nomeadamente através de contactos telefónicos), as avaliações realizadas (elaboração de informações e relatórios sociais), o registo de procedimentos e atualização dos processos, etc.

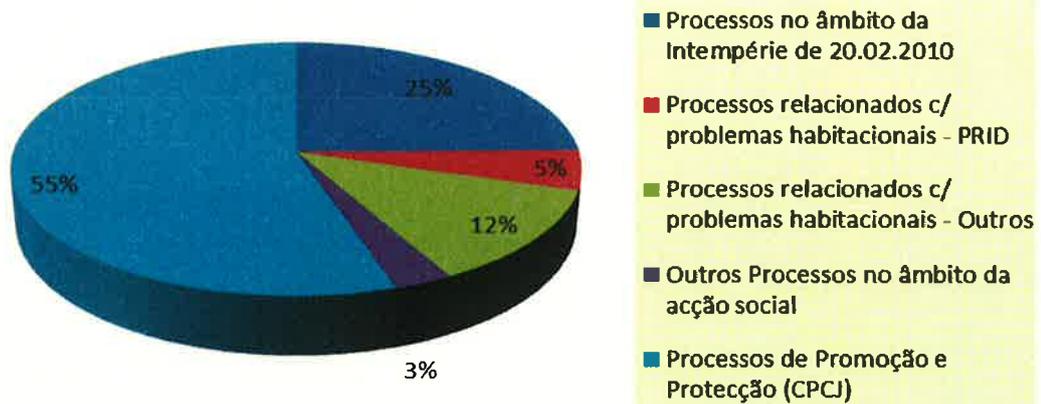


Gráfico 1 – Tempo afecto aos diferentes tipos de processos acompanhados em 2012

Relativamente aos dados a que corresponde o volume e caracterização processual no âmbito da Acção Social da CMRB, verificou-se que em 2012 foram acompanhadas 72 famílias, tal como se pode verificar na tabela seguinte.

Freguesias	Processos Acompanhados			Processos Arquivados	Processos Activos
	Processos Transitados	Processos Instaurados	Global		
Campanário	16	9	25	9	16
Ribeira Brava	7	12	19	5	14
Serra de Água	22	3	25	8	17
Tabua	2	1	3	1	2
TOTAL	47	25	72	23	49

Tabela 1 – Volume Processual no ano de 2012

Apesar da maioria destas famílias chegarem aos serviços de Acção Social da CMRB devido aos seus problemas habitacionais, após diagnóstico social constata-se a existência de outras problemáticas associadas, para as quais também se procurou desenvolver alguma intervenção e/ou encaminhamento.



2.6.2. PROCESSOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA RIBEIRA BRAVA

No ano de 2012 foram acompanhadas 24 crianças/jovens no âmbito dos Processos de Promoção e Proteção, 14 das quais já eram seguidas no ano anterior.

Freguesias	Processos Acompanhados			Processos Arquivados	Processos Activos
	Processos Transitados	Processos Instaurados	Global		
Campanário	4	5	9	4	5
Ribeira Brava	8	4	12	9	3
Serra de Água	2	1	3	2	1
Tabua	0	0	0	0	0
TOTAL	14	10	24	15	9

Tabela 2 - Volume Processual no ano de 2012, no âmbito dos Processos de Promoção e Protecção

Passamos a apresentar algumas tabelas com uma breve caracterização das crianças/jovens acompanhados no âmbito da CPCJ.

Escalão Etário		Campanário	Ribeira Brava	Serra de Água	Tabua	TOTAL	
3 A 5	M	0	1	0	0	1	1
anos	F	0	0	0	0	0	
6 a 10	M	3	2	0	0	5	6
anos	F	0	1	0	0	1	
11 a 14	M	1	1	0	0	2	5
anos	F	1	2	0	0	3	
15 a 17	M	2	3	3	0	8	12
anos	F	1	3	0	0	4	
TOTAL		8	13	3	0	24	

Tabela 3 - Número de Crianças/Jovens acompanhados por Escalão Etário e Freguesia em 2012



Problemáticas		Campanário	Ribeira Brava	Serra de Água	Tabua	TOTAL	
Abandono Escolar	M	-	-	-	-	0	2
	F	1	1	-	-	2	
Abuso Sexual	M	-	-	-	-	0	2
	F	-	2	-	-	2	
Assume Comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que a afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento	M	2	2	1	-	5	6
	F	-	1	-	-	1	
Consumo de bebidas alcoólicas	M	-	2	-	-	2	2
	F	-	-	-	-	0	
Consumo de estupefacientes	M	1	-	-	-	1	1
	F	-	-	-	-	0	
Exposição a modelos de comportamento desviantes	M	-	-	-	-	0	1
	F	-	1	-	-	1	
Maus tratos físicos	M	1	-	1	-	2	2
	F	-	-	-	-	0	
Negligência	M	-	-	1	-	1	1
	F	-	-	-	-	0	
Negligência ao nível educativo	M	1	1	-	-	2	2
	F	-	-	-	-	0	
Negligência por falta de supervisão e acompanhamento	M	-	2	-	-	2	2
	F	-	-	-	-	0	
Prática de facto qualificado como crime	M	2	-	-	-	2	2
	F	-	-	-	-	0	
Outras Situações de Perigo	M	-	-	-	-	0	1
	F	-	1	-	-	1	
TOTAL		8	13	3	0	24	

Tabela 4 - Número de Crianças/Jovens acompanhados por Problemática e Freguesia em 2012

2.6.3. APLICAÇÃO INFORMÁTICA “BRAVA SOCIAL”

Atendendo ao volume de processos e à complexidade das situações muitas vezes acompanhadas pelo assistente social, há que procurar estratégias e ferramentas que possibilitem o desenvolvimento mais eficaz e eficiente da sua prática profissional, no sentido de gerir as informações de cada processo que acompanha, de modo a que possa avaliar e definir a intervenção social a desenvolver.



Tradicionalmente, as informações são acumuladas no processo físico (em papel), verificando-se uma dispersão da informação pelos vários documentos que o constituem. Porém e tendo à nossa disposição todo um conjunto de funcionalidades que vêm facilitar a gestão e controlo de qualquer tipo de informação, desenvolveu-se, com a colaboração do técnico de informática da Câmara, uma aplicação informática específica para os processos acompanhados no Serviço de Ação Social da CMRB.

Em linhas gerais esta aplicação informática, designada de “Brava Social”, consiste numa plataforma onde se reúne a maioria da informação de cada processo acompanhado. Funciona como uma base de dados em que a informação é armazenada de forma estruturada e organizada de forma a facilitar a sua consulta e análise. A par desta funcionalidade de armazenamento de informação, esta plataforma permite também a emissão de documentos relativos a cada processo, nomeadamente, a ficha identificativa, o registo de procedimentos e um esboço de relatório social, em que grande parte da informação fica automaticamente disponível para posterior edição.

O desenvolvimento desta aplicação informática passou por diversas fases, nomeadamente: estudo e levantamento do tipo de informação que iria constar na aplicação; desenho, estruturação e categorização da informação; construção de impressos e introdução de dados. Algumas delas ainda se encontram em execução, podendo ser alvo de reformulação de acordo com as necessidades sentidas no decurso da sua utilização.

2.6.4. OUTRAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Para além de todas estas ações proporcionou-se, sempre que necessário, o atendimento e correto encaminhamento dos munícipes para os serviços públicos e entidades privadas responsáveis pela resolução dos seus problemas.

2.6.5. APOIO A INSTITUIÇÕES

- Juntas de Freguesias;
- Casas do Povo;
- Associações Desportivas;
- Bombeiros Voluntários Ribeira Brava;
- ADBrava (Associação Desenvolvimento da Ribeira Brava);
- Clube Desportivo da Ribeira Brava;
- Banda Municipal.



3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1. EXECUÇÃO E ESTRUTURA ORÇAMENTAL DA DESPESA

3.1.1. EXECUÇÃO DA DESPESA:

QUADRO N.º1 EXECUÇÃO DA DESPESA

Despesas Correntes				
Despesas	Orçamentado	Executado	% Execução	% Global
Despesa Com Pessoal	1.678.278,00	1.473.240,61	87,78	20,71
Aquisição de Bens e Serviços	4.584.460,70	1.238.147,81	27,01	17,41
Juros e Outros Encargos	2.352.778,00	806.773,18	34,29	11,34
Transferências Correntes	898.072,00	734.576,00	81,79	10,33
Subsídios	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	71.570,00	65.094,27	90,95	0,92
Total Despesas Correntes	9.586.158,70	4.317.831,87	45,04	60,70

Despesas Capital				
Despesas	Orçamentado	Executado	% Execução	% Global
Aquisição de Bens de Capital	8.912.165,00	2.046.292,80	22,96	28,77
Ativos Financeiros	10,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	800.000,00	748.738,39	93,59	10,53
Total Despesas Capital	9.712.175,00	2.795.031,19	28,78	39,30

Total Geral	19.298.333,70	7.112.863,06	36,86	100,00
--------------------	----------------------	---------------------	--------------	---------------

Tal como se pode verificar no quadro anterior, a despesa do Município totalizou no final do exercício de 2012 o valor de € 7.112.863,06, uma diminuição de 2,61 milhões face aos 9.723.306,62 verificados em 2011.

Esta diminuição significativa, deve-se sobretudo a variação das despesas capital, que diminuíram cerca de 34% face ao exercício anterior. Em relação as despesas correntes estas totalizaram € 4.317.831,87, tendo diminuído sensivelmente 1,17 milhões comparativamente a 2011.

Graficamente, podemos verificar a evolução do comportamento da despesa total executada, nos últimos quatro anos.

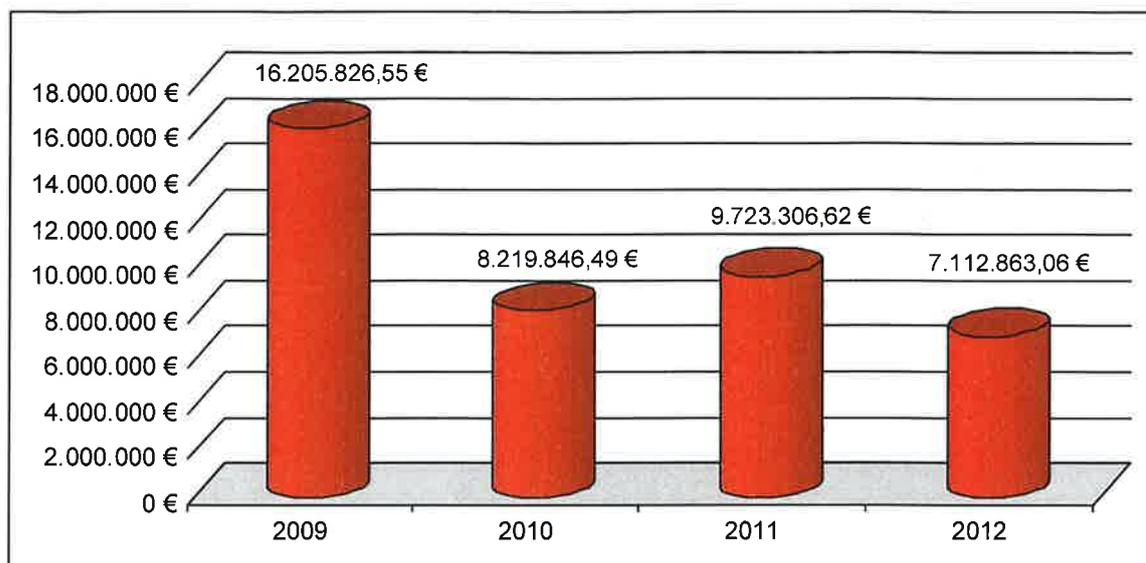


Gráfico n.º 1 – Despesa Total

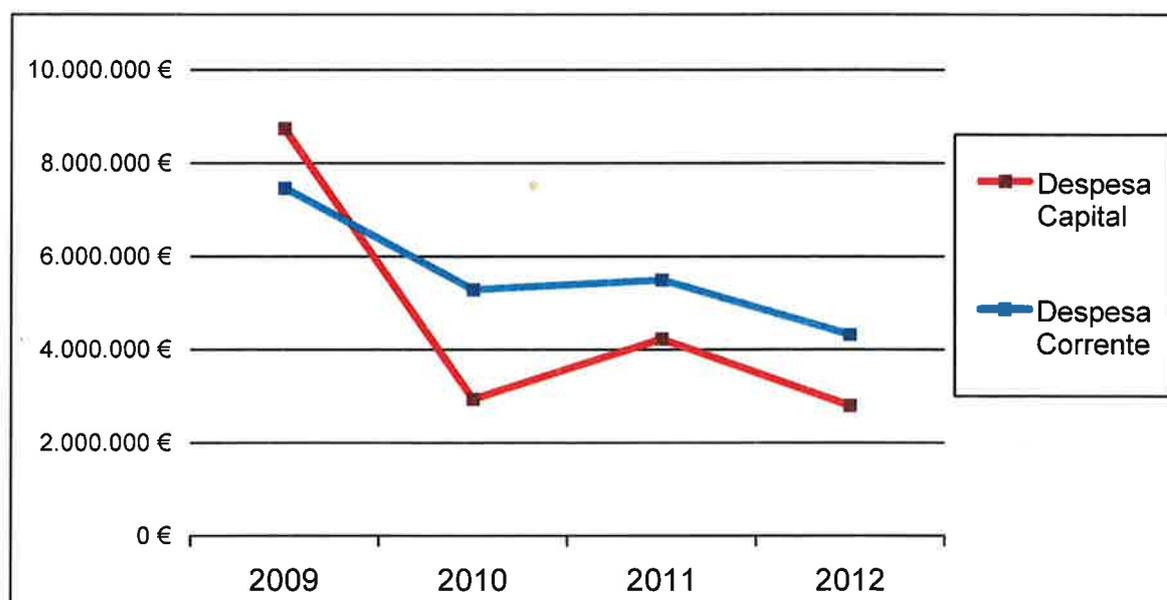


Gráfico n.º 2 – Despesa de Capital vs Despesas Correntes

No gráfico anterior, verifica-se que ao longo dos últimos quatro anos, ocorreu uma enorme redução das despesas de capital, passando dos 8.744.300,32€ em 2009, para os 2.795.031,19€ em 2012.

No que diz respeito à despesa corrente, exceptuando o exercício de 2011, tem-se verificado uma diminuição ao longo dos anos, passando de 7.461.526,23€ em 2009, para os 4.317.831,87€, em 2012.

3.1.2. COMPOSIÇÃO DA DESPESA:

Como se pode observar no Quadro nº.1, o montante despendido em investimentos totaliza 39% da despesa total, enquanto as despesas correntes perfazem cerca de 61% da despesa total, deste modo, verificamos que o total das despesas correntes tem um peso mais significativo no total da despesa comparativamente à despesa de investimento.

Ao nível das despesas correntes, a rubrica com maior expressão deixou de ser a aquisição de bens e serviços, para passar a ser as despesas com pessoal. É de realçar que as despesas com aquisição de bens e serviços sofreram em 2012 uma redução de aproximadamente 33%.

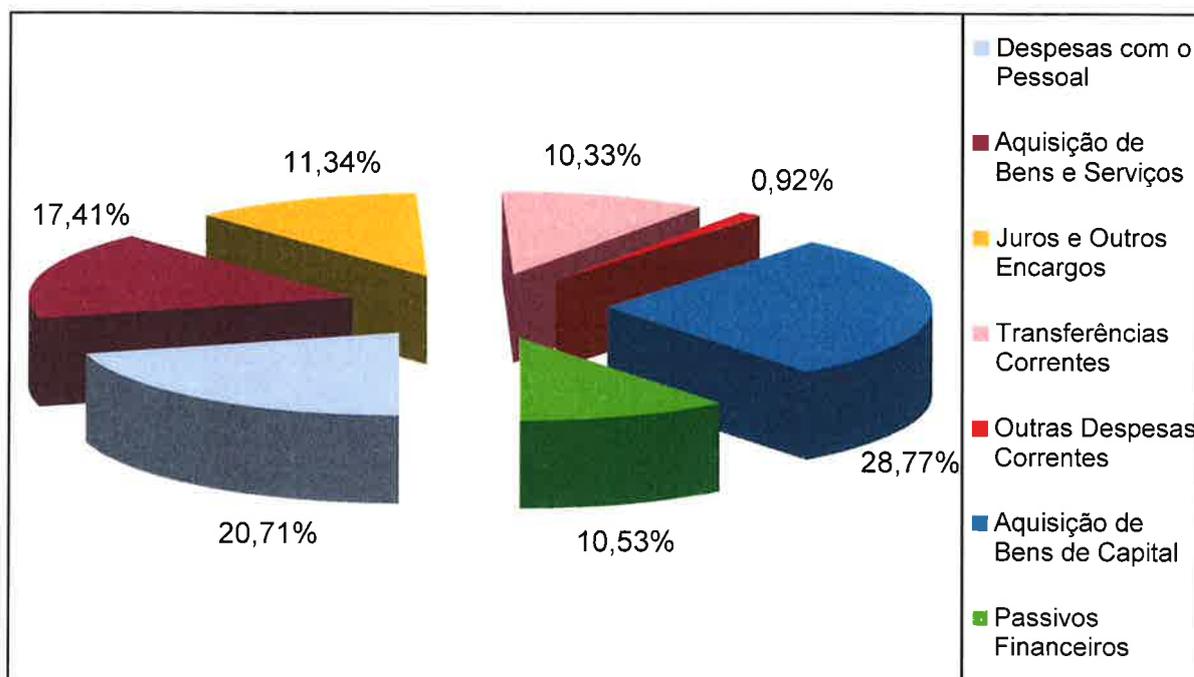


Gráfico n.º 3 – Total da Despesa Executada

Conforme se pode verificar no gráfico anterior, as rubricas com maior peso no total das Despesas correntes foram a rubrica “Despesas com Pessoal” seguindo-se a rubrica “Aquisição de Bens e Serviços”, com 20,71% e 17,41% respectivamente, perfazendo sensivelmente 38% do total da Despesa.

3.1.3. EVOLUÇÃO DA DESPESA:

Como se pode constatar no gráfico seguinte, observa-se uma diminuição em todas as rubricas que compõem o total das despesas correntes, na ordem dos 21%, face a 2011.

É também de salientar que as “Despesas com pessoal”, é a rubrica com maior peso no total das despesas correntes, representando 34%.

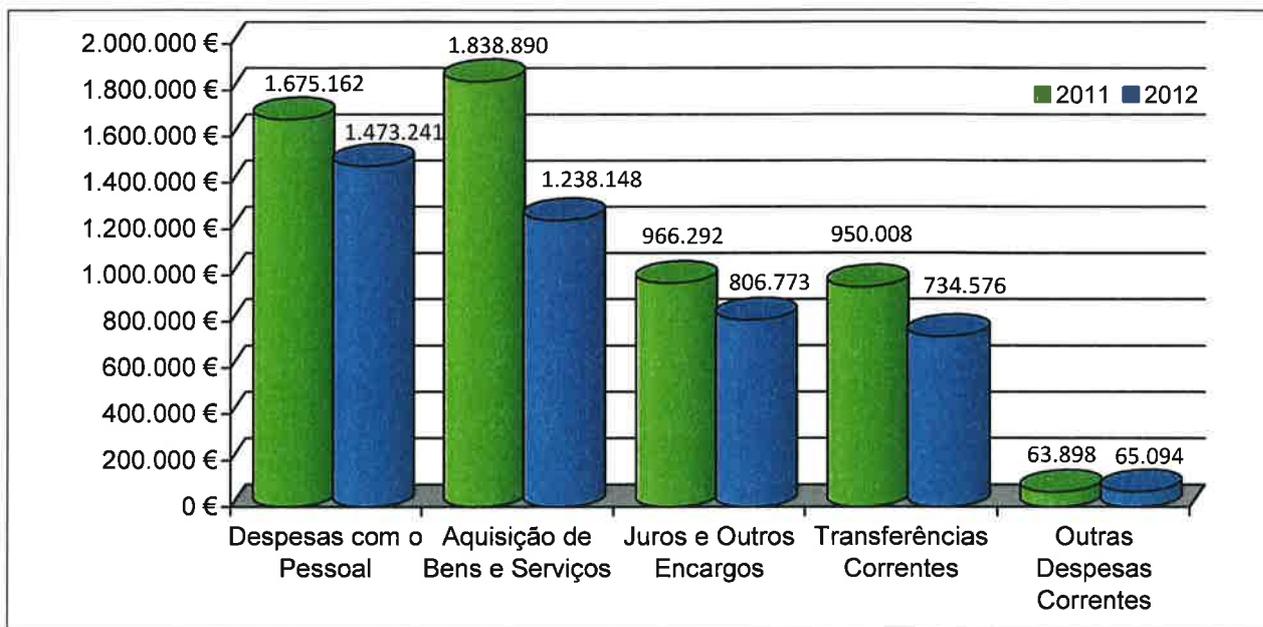


Gráfico n.º 4 – Total da Despesa Corrente Executada

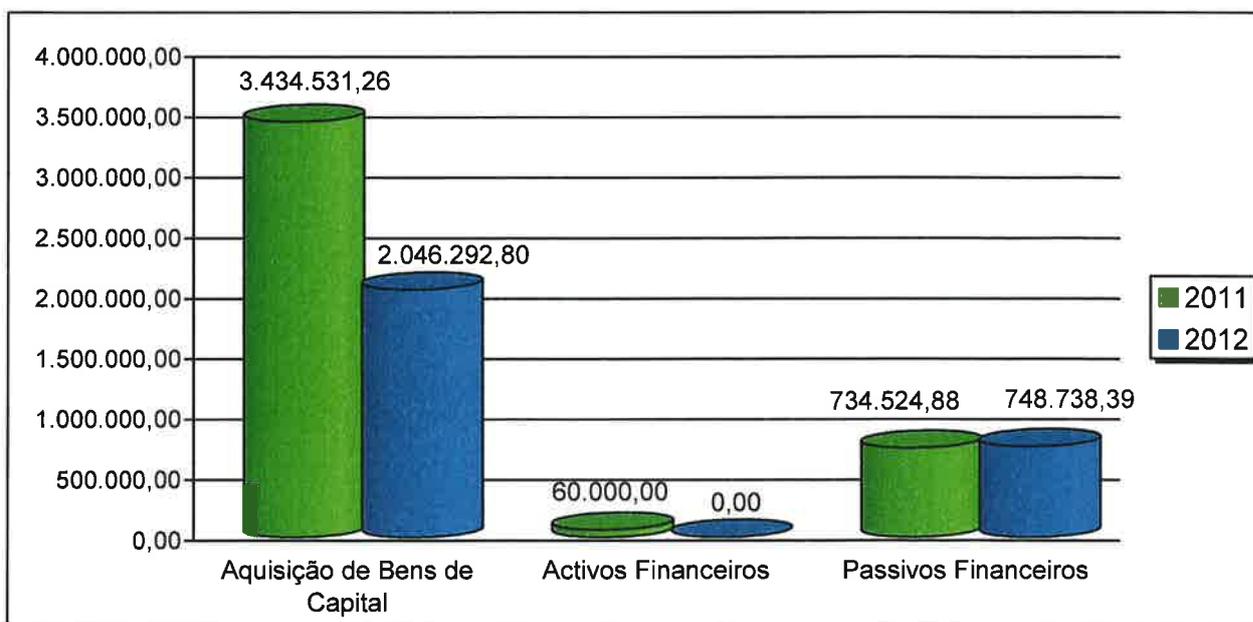


Gráfico n.º 5 – Total da Despesa Capitais Executada

Em relação as despesas de capital, verificou-se uma diminuição de 1.434.024,95 face a 2011, aproximadamente 34%. Como se pode verificar no gráfico anterior, a rubrica “Aquisição de Bens de Capital” diminuiu 1,38 Milhões comparativamente a 2011.

3.1.4. ORÇAMENTADO VS EXECUTADO

Em relação ao nível de execução da Despesa Total, verificou-se uma taxa de execução na ordem dos 37%, muito aquém do orçamentado. O valor orçamentado para as despesas correntes foi estimado em 9.586.158,70€ e o executado ficou apenas pelos 4.317.831,87€ tal como se pode verificar no quadro n.º1. Se analisarmos o gráfico seguinte, podemos verificar que em relação às despesas de capital, a taxa de execução situou-se nos 29%, uma vez que a despesa executada ficou muito aquém do previsto, 2.795.031,19€ face aos 9.712.175,00€ orçamentados.

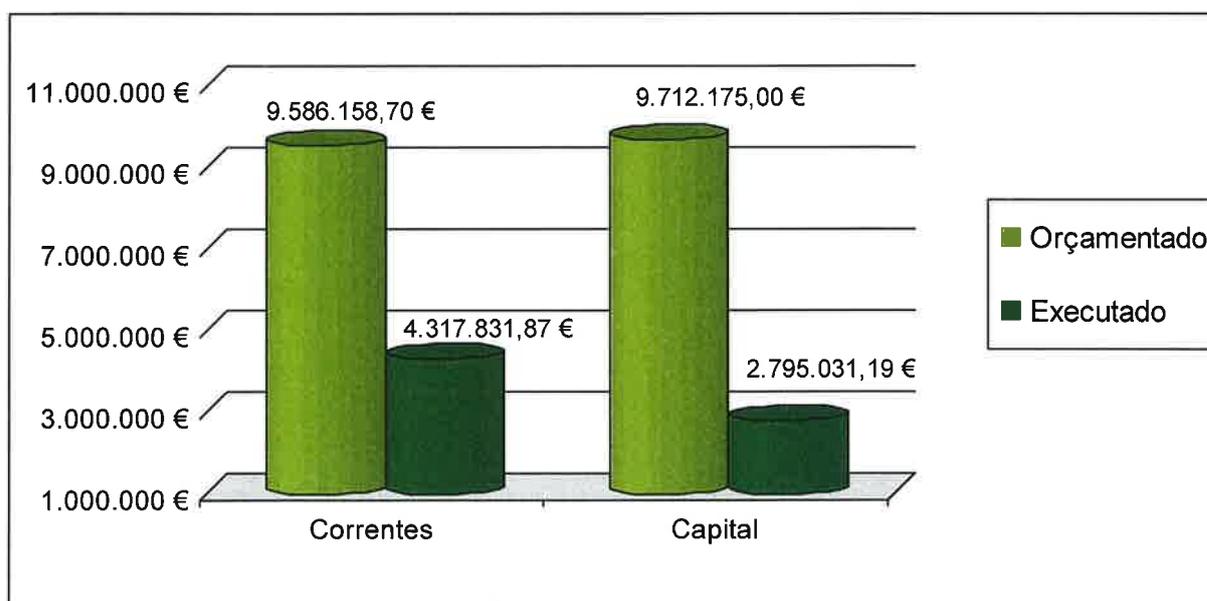


Gráfico n.º 6 – Grau de Execução da Despesa

A derrapagem verificada entre os valores orçamentados e os executados na rubrica das despesas de capital são essencialmente motivados pelo não recebimento atempado das verbas referentes aos contratos programas assinados, pois apesar da previsão de pagamento apontar para 2012, estas são efetivamente recebidas em anos posteriores.

No que concerne às despesas correntes, o facto de o valor executado ser significativamente inferior ao valor orçamentado, na ordem dos 45%, reflete a política de contenção da despesa que tem vindo a ser adoptada por esta autarquia ao longo dos últimos anos, acrescida das restrições impostas pela lei dos compromissos e pagamentos em atraso.

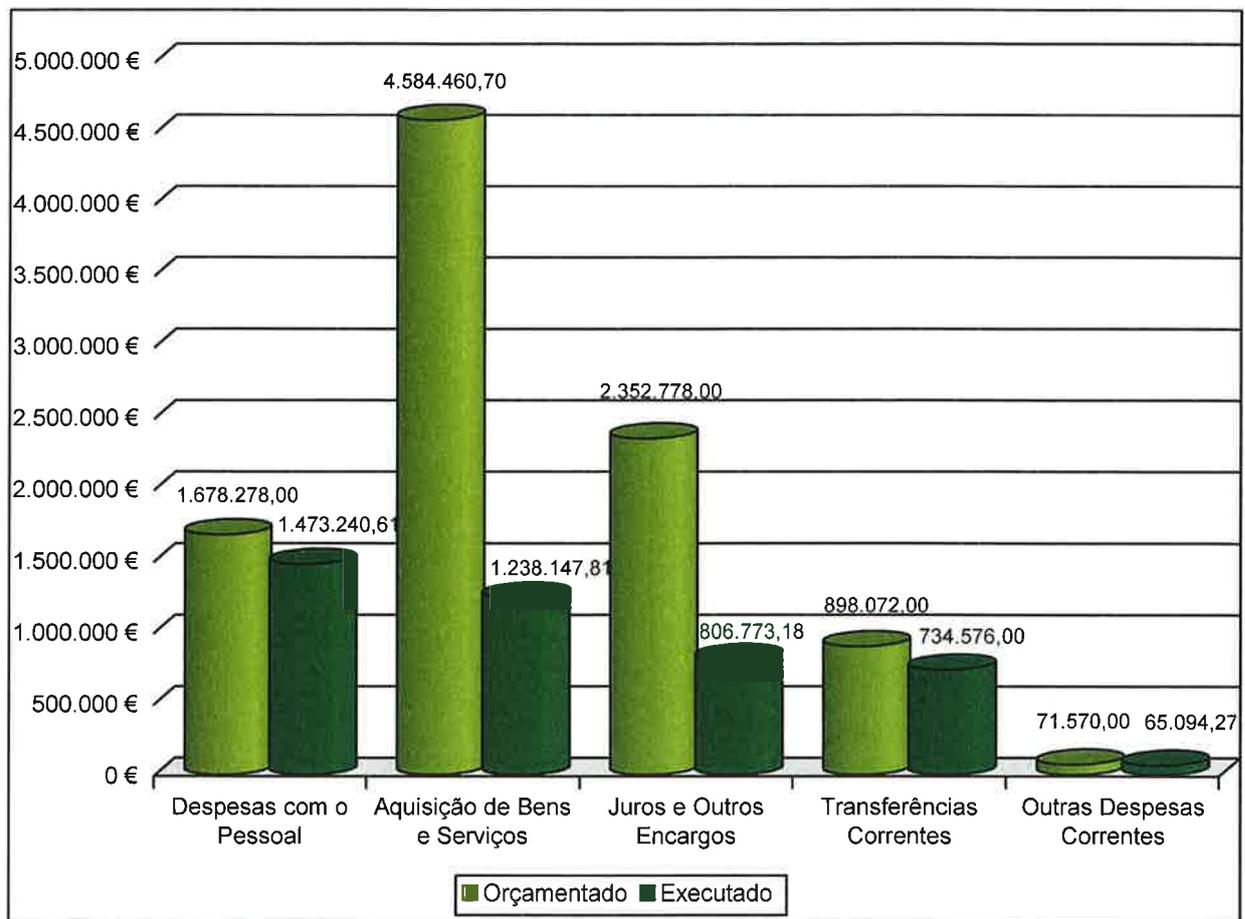


Gráfico n.º 7 – Grau de Execução das Despesas Correntes

Se analisarmos os gráficos da execução da despesa, verificamos que, em todas as rubricas existem desvios entre o orçamentado e o executado. Esta situação decorre, por um lado, dos valores da receita arrecadada no exercício, não atingirem efetivamente os valores previstos inicialmente, por outro, decorre, da estratégia de contenção e redução da despesa imposta pelo programa de ajustamento financeiro.

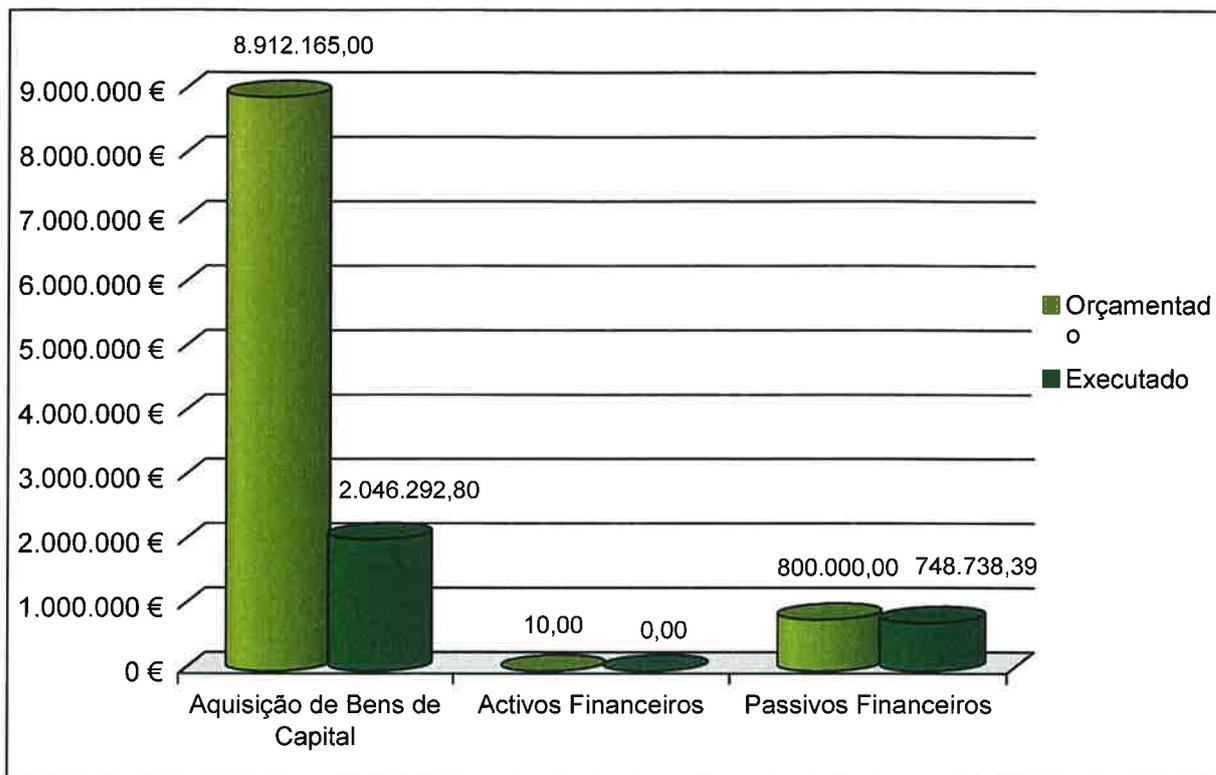


Gráfico n.º 8 – Grau de Execução das Despesas de Capital

Os dados apresentados anteriormente comparam o grau de execução das despesas de capital sendo notório que as previsões exibidas foram de certo modo muito superiores aos valores efetivamente executados.

A maior discrepância verificou-se na aquisição de bens de capital, onde os valores efetivamente realizados ficaram aquém do valor estimado.

3.1.5. INDICADORES DE GESTÃO:

Os indicadores, também designados por rácios económicos permitem analisar os principais aspectos do desempenho da instituição:

- A evolução da atividade;
- A eficiência da gestão;
- O equilíbrio liquidez versus exigibilidade;

**QUADRO N.º 2 INDICADORES ESTRUTURA DESPESA**

Indicadores Estrutura Despesa	2010	2011	2012
Despesa com Pessoal / Despesa Total	0,23	0,17	0,21
Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Despesa Paga	0,25	0,19	0,17
Serviço da Dívida / Despesa Paga	0,11	0,11	0,14
Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total	0,27	0,35	0,29

À exceção do rácio Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total, todos os restantes sofreram variações negativas de 2010 para 2011.

Rácio **Despesa com Pessoal / Despesa Total**, mede o peso da despesa com pessoal na despesa total. Em 2012, este indicador sofreu uma variação positiva comparativamente a 2011, dado que apesar da diminuição da despesa com pessoal (-12%), a redução da despesa total foi superior (-27%).

Rácio **Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Despesa Paga**, mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total paga. Sendo que em 2012, verificou-se uma redução do montante gasto com a Aquisição de Bens e Serviços Correntes (-33%), superior à redução da despesa total (-27%), o que provou uma variação negativa.

Rácio **Serviço da Dívida / Despesa Paga**, mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos na despesa total. Do total da despesa do município, 14% dizem respeito aos juros e amortizações de empréstimos bancários pagos em 2012.

Rácio **Aquisição Bens Capital / Despesa Total**, mede o peso da despesa com investimento na despesa total do Município. Este rácio manteve-se inconstante nos últimos 3 anos. Note-se que ao longo dos anos, a semelhança de outros, o Município de ribeira Brava, tem restringido a verba despendida na aquisição de bens de capital.



3.2. EXECUÇÃO E ESTRUTURA ORÇAMENTAL DA RECEITA

3.2.1. EXECUÇÃO DA RECEITA:

Face ao exercício de 2011, o total das receitas orçamentais arrecadadas pelo Município diminuíram aproximadamente 2.19 Milhões, observando-se uma diminuição significativa na ordem dos 23%. É de salientar que as receitas de capitais atribuídas por fundos comunitários e contratos programa, são em parte, referentes a investimentos já realizados anteriormente, ficando ainda por receber parte significativa das participações das obras efetuadas.

QUADRO N.º3 EXECUÇÃO DA RECEITA

Receita Corrente				
Receitas Correntes	Orçamentado	Executado	% Execução	% Global
Impostos Diretos	881.886,00	841.123,01	95,38	11,71
Impostos Indiretos	98.288,00	87.476,13	89,00	1,22
Taxas, Multas e Outras Penalidades	129.073,00	102.919,41	79,74	1,43
Rendimentos Propriedade	1.000,00	332,73	33,27	0,00
Transferências Correntes	3.224.478,00	2.904.289,57	90,07	40,44
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.103.923,00	404.541,80	7,93	5,63
Outras Receitas Correntes	50.010,00	74.826,61	149,62	1,04
Total Receitas Correntes	9.488.658,00	4.415.509,26	46,53	61,48

Receita Capital				
Receitas de Capital	Orçamentado	Executado	% Execução	% Global
Vendas Bens de Investimento	4.719.096,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Capital	4.991.079,00	2.766.170,90	55,42	38,52
Passivos Financeiros	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Receitas Capital	9.711.175,00	2.766.170,90	28,48	38,52

Total Receitas Correntes e Capital	19.199.833,00	7.181.680,16	37,40	100,00
---	----------------------	---------------------	--------------	---------------

Outras Receitas				
Outras Receitas	Orçamentado	Executado	% Execução	% Global
Reposições Não Abatidas nos pagamentos	1.000,00	3.829,61	100,00	0,05
Total Outras Receitas	1.000,00	3.829,61	382,96	0,05

Total Geral	19.200.833,00	7.185.509,77	37,42	100,05
--------------------	----------------------	---------------------	--------------	---------------

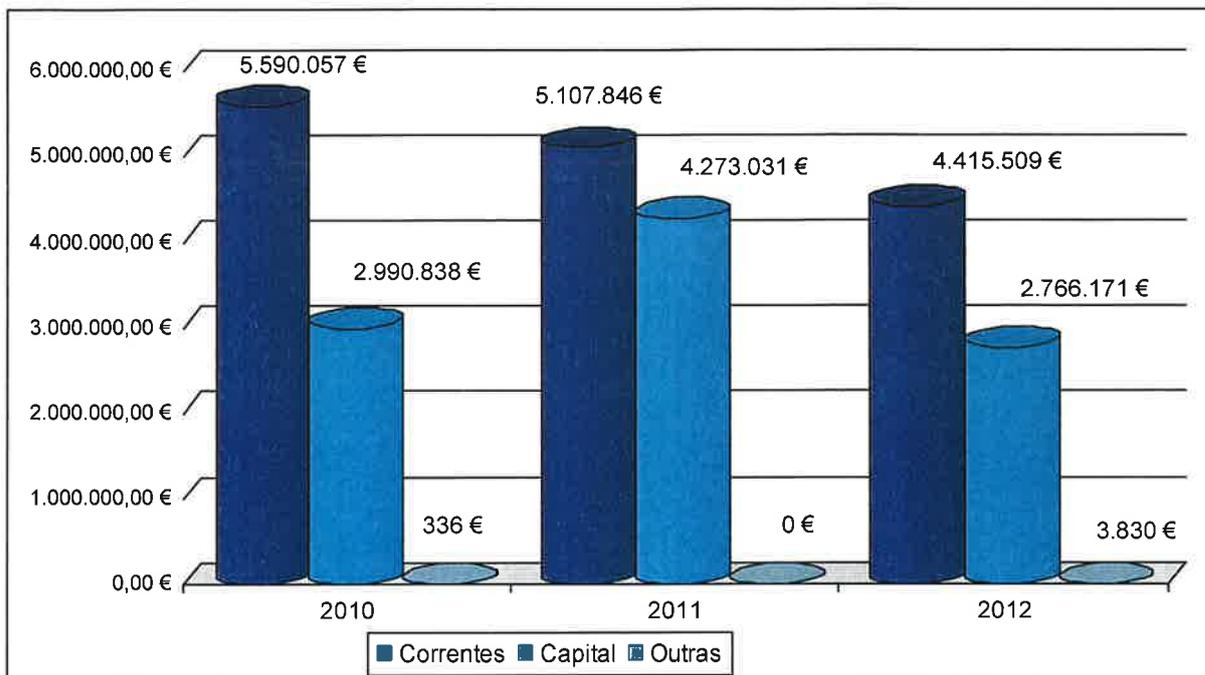


Gráfico n.º 9 – Receita Total

O grau de execução da receita total foi de 37%, contudo conforme se pode observar no gráfico seguinte, um dos principais desvios ocorreu nas receitas capital, no qual estavas orçamentados 9.711.175,00€ e o executado ficou-se pelos 2.766.170,90€. Em termos percentuais, o valor executado ficou apenas nos 28% do previsto inicialmente.

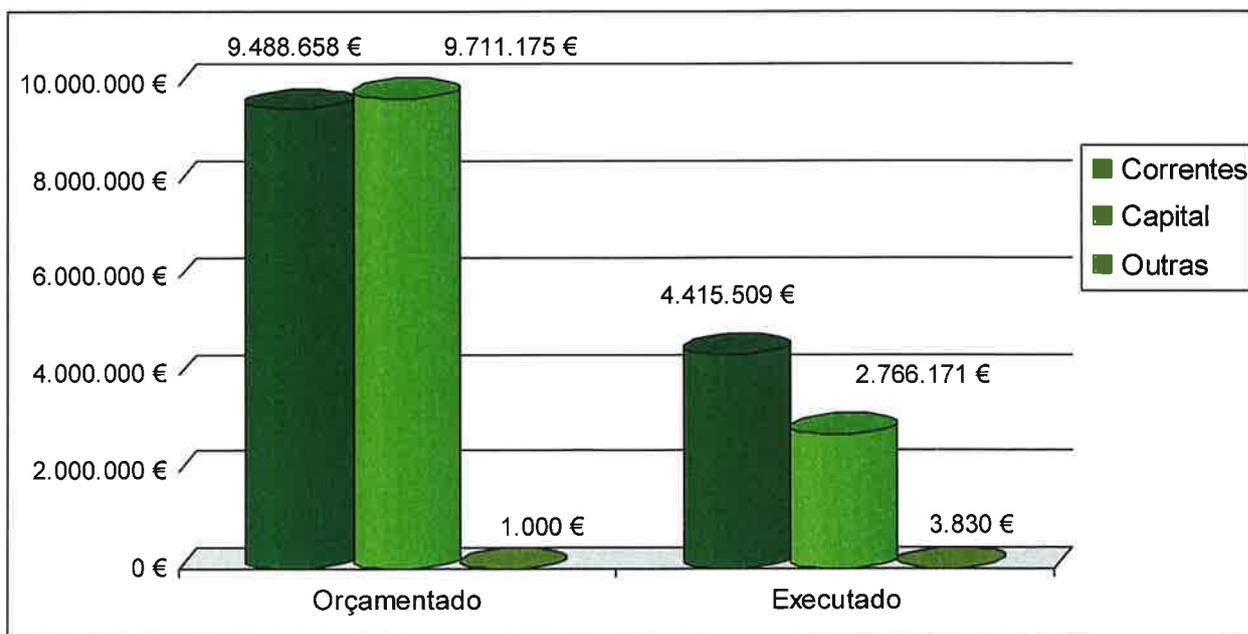


Gráfico n.º 10 – Grau de Execução da Receita

Quanto a execução orçamental das receitas de capital, estas dependem de factores externos não controlados pelo Município, pois trata-se de verbas atribuídas pelo Governo Regional, Fundos Comunitários e Orçamento de Estado.

As verbas recebidas do Orçamento de Estado são sempre atribuídas segundo uma periodicidade mensal, factor contrastante com as verbas atribuídas pelo Governo Regional e Fundos Comunitários que apresentam desvios temporais em relação ao previsto, conduzindo a valores de execução orçamental mais baixos.

3.2.2. COMPOSIÇÃO DA RECEITA:

Tal como se pode observar no quadro n.º3, o valor total da receita arrecadada pelo Município no exercício de 2012 perfaz o montante de 7.185.509,77€, onde as receitas de capital assumem o valor de 2.766.170,90€ e as receitas correntes 4.415.509,26€. Por outro lado, em 2012 identifica-se uma diminuição acentuada nas transferências de capital, na ordem dos 1.50 Milhões Euros.

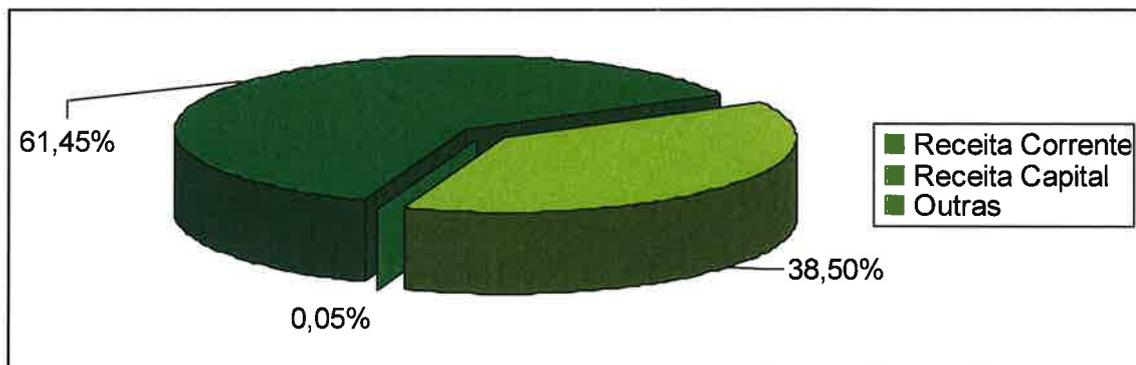


Gráfico n.º 11 – Total das Receitas Executado

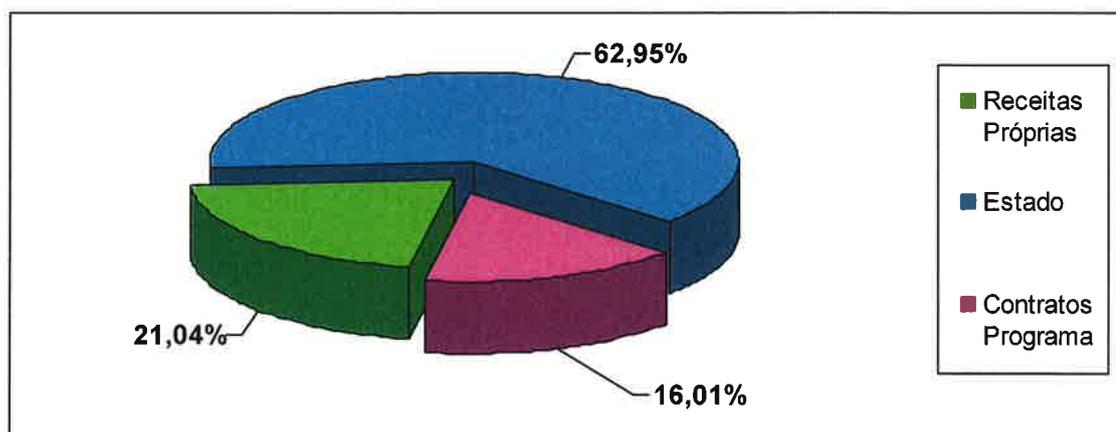


Gráfico n.º 12 – Estrutura da Receita

No gráfico anterior observa-se a estrutura das receitas da Câmara por proveniência. Sendo de destacar que as receitas próprias do Município apresentam uma percentagem de apenas 21% da receita total, que demonstra a enorme dependência das transferências do estado (63%) e dos Contratos Programas (16%).

3.2.3. EVOLUÇÃO DA RECEITA:

No gráfico seguinte, podemos observar a enorme redução das nossas receitas, face a 2011. Este facto resulta da recessão económica, dado que a retração na construção e no comércio, provocaram a diminuição das receitas próprias do Município na ordem dos 524.654,39€. Enquanto que a redução de 418.539,60€ das transferências de Estado advém do corte da Lei das Finanças Locais, conjugado com o corte do orçamento para 2012. A receita com contratos programa reduziu em aproximadamente 1.2 milhões de euros. De referir que em 2012 o Município não recebeu fundos comunitários do IFAP ou do FEDER.

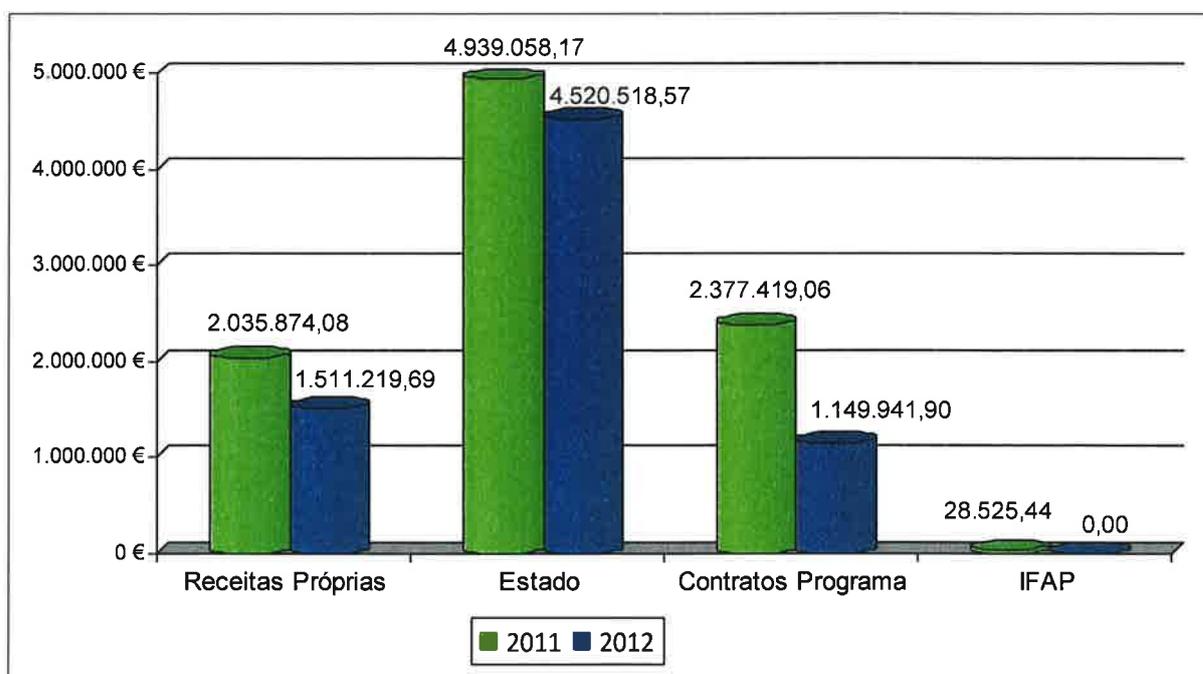


Gráfico n.º 13 – Especificação das Receitas

QUADRO N.º 4 RECEITAS PRÓPRIAS

Descrição	Valor	%
Impostos Diretos	841.123,01	55,66%
Impostos Indiretos	87.476,13	5,79%
Taxas, multas e Outras Penalidades	102.919,41	6,81%
Rendimentos Propriedade	332,73	0,02%
Venda de Bens e serviços Correntes	404.541,80	26,77%
Outras Receitas Correntes	74.826,61	4,95%
Total das Receitas Próprias	1.511.219,69	100,00%

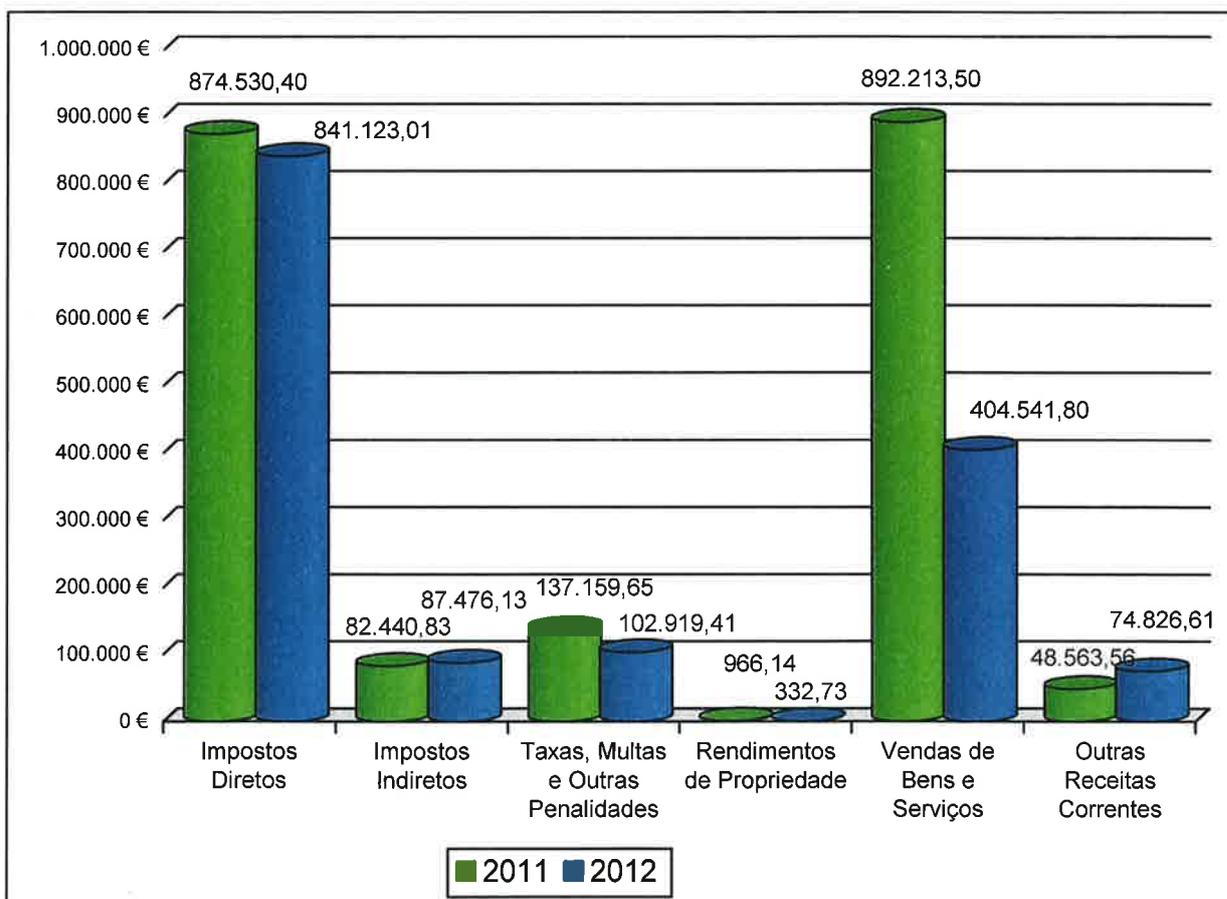


Gráfico n.º 14 – Receitas Próprias

Dentro das Receitas Próprias, as receitas que têm um peso mais significativo na estrutura da entidade, continuam a ser, impostos diretos e as vendas de bens e serviços. É de salientar que



em 2012, o montante arrecadado nestas duas rubricas diminuiu face a 2011. Inversamente, o valor arrecadado na rubrica impostos indiretos subiu ligeiramente, nomeadamente 6% face a 2011.

Relativamente aos impostos diretos, temos o imposto municipal sobre imóveis, IMI, este representa a renda com maior expressividade no conjunto das receitas próprias, 29%. O imposto único de circulação, imposto municipal sobre transmissões onerosas, representa no seu conjunto 26% do total das receitas próprias.

A rubrica vendas de bens e serviços, diminuiu cerca de 55% comparativamente a 2011, essa redução deve-se sobretudo a assinatura do contrato de adesão ao sistema multimunicipal de distribuição de água e saneamento básico e ao sistema multimunicipal de recolha de resíduos da Região Autónoma da Madeira celebrado entre ARM e o Município de Ribeira Brava.

3.2.4. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS:

QUADRO N.º 5 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Receitas Próprias	2009	2010	2011	2012
Total	2.121.154,53 €	2.072.802,39 €	2.035.874,08 €	1.511.219,69 €

Como se pode verificar no quadro anterior, o valor das receitas próprias tem vindo a diminuir ao longo dos últimos quatro anos. Relativamente a 2012, as receitas próprias assinalam um valor de 1,51 milhões de euros, acusando uma redução na ordem dos 26% face ao volume verificado no ano imediatamente anterior.

3.2.5. INDICADORES DE GESTÃO:

QUADRO N.º 6 INDICADORES GRAU COBERTURA GLOBAL RECEITAS E DESPESAS

Indicadores grau cobertura Receitas Despesas	2009	2010	2011	2012
Receitas Próprias / Despesa Total	0,13	0,25	0,20	0,21
Receita Corrente / Despesa Corrente	0,69	1,06	0,93	1,02
Receita Capital / Despesa Capital	1,25	1,02	1,01	0,99

O rácio **Grau Cobertura Global das Receitas e das Despesas (RP/DT)**, mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias, controladas diretamente pela autarquia. Ou



seja, do total da despesa do Município, somente 21% é compensado através de receitas próprias. Significa que, o Município esta fortemente dependente de outras entidades externas.

O rácio **Grau Cobertura Global das Receitas e das Despesas (RC/DC)**, mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas. Significa que as receitas correntes cobradas são suficientes para cobrirem as despesas correntes pagas. Em 2012 verificou-se uma variação positiva de 9% face a 2011.

O rácio **Grau Cobertura Global das Receitas e das Despesas (RC/DC)**, mede a capacidade das receitas de capital cobrada cobrirem as despesas de capital paga. Entre 2009 e 2011 verificou-se uma redução deste indicador, contudo as receitas de capital obtidas durante o exercício cobriam as despesas de capital. Em 2012, já não se verificou essa cobertura.

QUADRO N.º 7 INDICADORES ESTRUTURA RECEITA

Indicadores Estrutura Receita	2009	2010	2011	2012
Receitas Próprias/ Receita Total	0,13	0,24	0,21	0,21
Impostos Directos / Receita Total	0,05	0,09	0,09	0,12
Vendas Bens e Prestações Serviços Corrente / Receita Total	0,06	0,11	0,09	0,06
Passivos Financeiros / Receita Total	0,41	0,00	0,00	0,00

O rácio **Estrutura Receita (RP/RT)**, mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadadas. Este rácio manteve-se inalterável de 2011 para 2012, as receitas próprias têm perdido a sua representatividade nas receitas totais. Logo a dependência do Município face a receitas provenientes de terceiros é cada vez maior.

O rácio **Estrutura Receita (ID/RT)**, mede o peso das receitas provenientes de impostos directos nas receitas totais. Este rácio tendencialmente tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, 2012 verificou-se uma ligeira subida na ordem dos 33%.

O rácio **Estrutura Receita (VB e PS/RT)**, mede o peso da receita proveniente da venda de bens e da prestação de serviços na receita total. Se observarmos o quadro n.º 7, verificamos que nos últimos três anos, o rácio Vendas de Bens e Prestações de Serviços / Receita Total tem tido um comportamento decrescente. Em 2012, verificou-se uma redução de 33% comparativamente a 2011, resultante da assinatura do contrato de Adesão entre o Município e a ARM, como já referido, anteriormente.

O rácio **Estrutura Receita (PF/RT)**, mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total do Município.



3.3. ANÁLISE PATRIMONIAL

3.3.1. BALANÇO:

“O balanço é um mapa contabilístico com o objetivo de demonstrar a situação financeira e patrimonial de uma entidade numa determinada data representando, portanto, uma posição estática da mesma. O Balanço apresenta os Ativos (bens e direitos) e Passivos (exigibilidades e obrigações) e o Património Líquido, que é resultante da diferença entre o total de ativos e passivos.” Por outras palavras, o Balanço apresenta aquilo que a autarquia tem e que pode utilizar na sua atividade, e aquilo que a autarquia deve num determinado momento.

Ao longo dos últimos três anos, tem-se verificado reduções significativas no Ativo Líquido do Município. Em 2012 verificou-se uma redução no montante de 2.992.166,33 face ao período anterior. Esta redução deve-se em parte a regularizações efetuadas na rubrica Imobilizações em curso.

Conforme se pode observar no gráfico seguinte, verifica-se um aumento das amortizações acumuladas no valor de 7.60 Milhões Euros face a 2011. Tal deve-se ao facto de neste exercício procedermos a inventariação de obras que se encontravam em curso mas que efetivamente foram concluídas em anos anteriores, contudo, ainda não haviam sido refletidas contabilisticamente, neste sentido a contabilidade procedeu a essas retificações refletindo essas mesmas amortizações de anos anteriores na conta “Resultados Transitados”.

É importante salientar que caso não sejam consideradas as amortizações, uma vez que as mesmas representam apenas valor contabilístico, não implicando saída efetiva de meios financeiros, o total do ativo bruto seria de 214.263.993,10€.

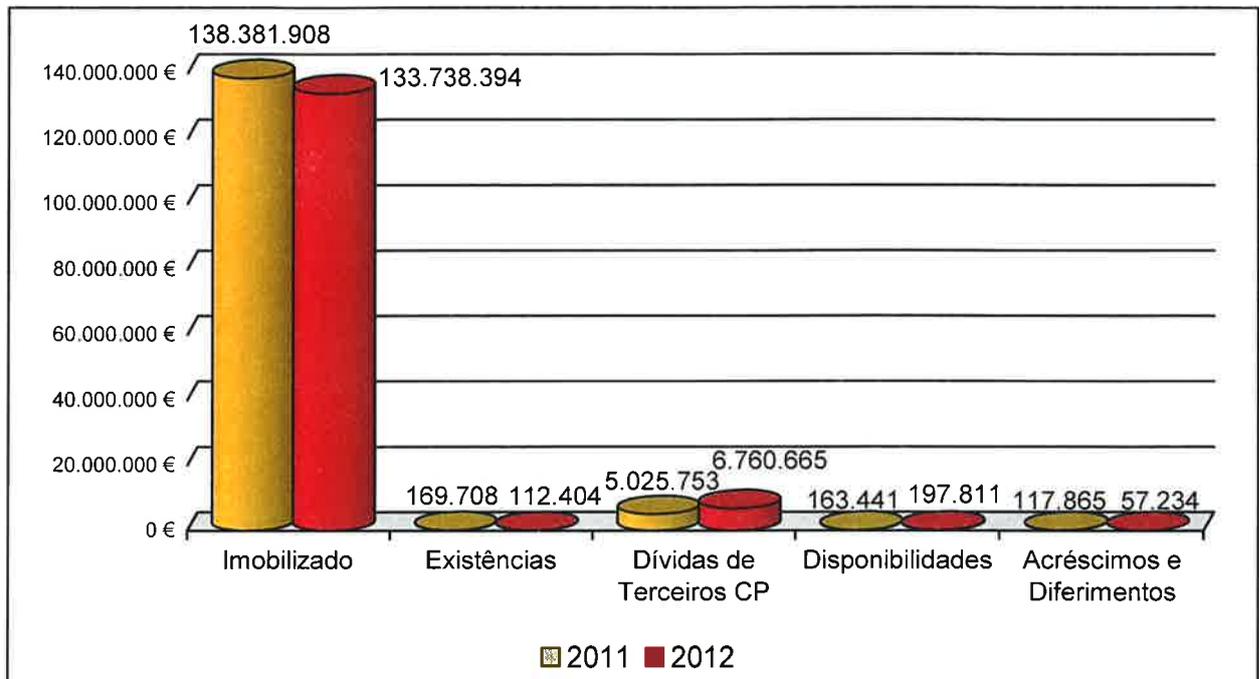


Gráfico n.º 15 – Estrutura do Activo Líquido

À exceção da rubrica do imobilizado e das dívidas de terceiros de curto prazo, concluímos que a estrutura do Ativo Líquido manteve-se praticamente inalterável ao longo dos últimos dois exercícios. Em relação à segunda, verificou-se um aumento de aproximadamente 1,73 Milhões face ao período anterior. Este incremento deve-se sobretudo ao aumento da rubrica de “outros devedores”, nomeadamente da verba a receber da ARM (Águas e Resíduos da Madeira).

O Passivo representa todas “as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos”. (al. c) do art.º 3.º da LCPA)

No que respeita ao passivo, este em 2012 totalizou 60.297.808,43€, contudo mais de 66% deste valor é referente a proveitos diferidos, ou seja não se trata de uma dívida, mas sim de um proveito a reconhecer nos exercícios seguintes, conforme o princípio da especialização dos exercícios. Face ao exercício anterior, podemos verificar que houve um decréscimo muito pouco significativo no total do passivo, na ordem dos 766.954,02€.

Contrariamente, verifica-se um aumento na rubrica “Proveitos Diferidos”, das dívidas a “fornecedores – facturas em recepção e conferência”, e finalmente “fornecedores de imobilizado c/c”.

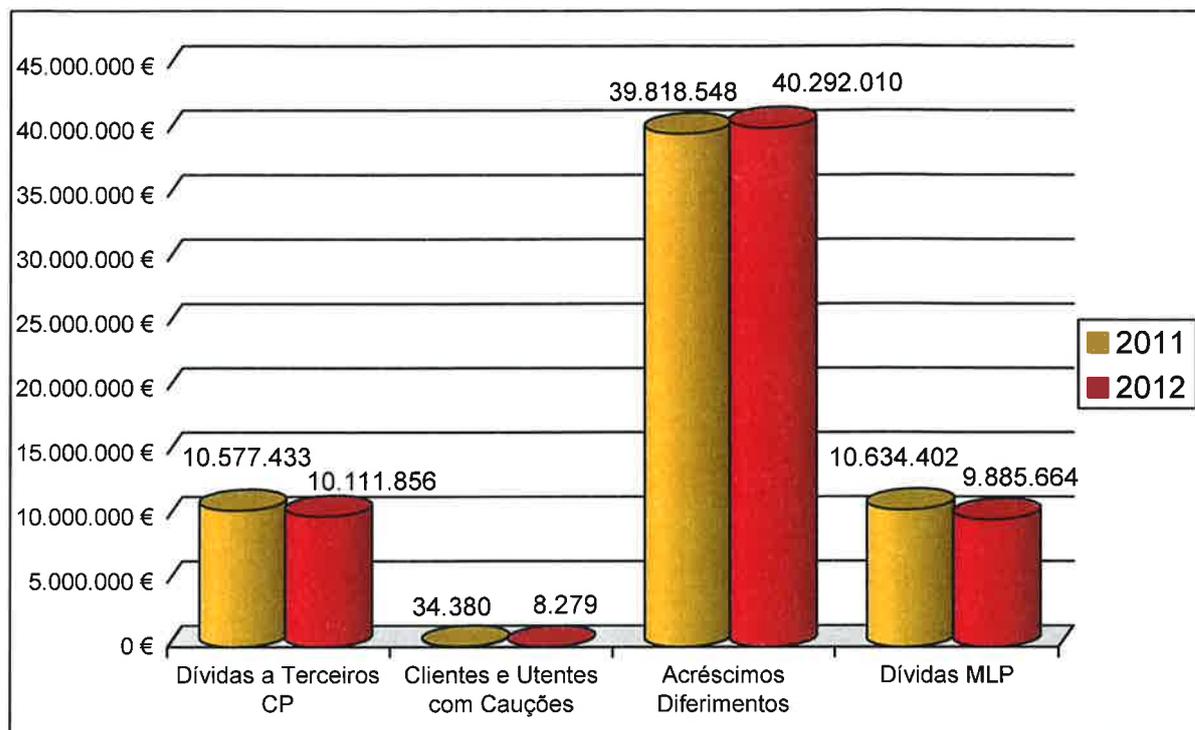


Gráfico n.º 16 – Estrutura do Passivo

Como se pode verificar no gráfico anterior as rubricas com maior peso no total do passivo nos últimos dois anos, são os acréscimos e diferimentos, as dívidas a curto a médio e longo prazo.

As dívidas a médio e longo prazo, dizem respeito a amortizações de empréstimos bancários sobre o banco CGD e Santander Totta, contraídos pela autarquia em anos anteriores. Note-se que em 2012 estas sofreram uma variação negativa na ordem dos 7%, fruto da capacidade do Município em solver os compromissos assumidos em tempo oportuno.

Em relação aos acréscimos e diferimentos, destacamos os proveitos diferidos, que em 2012 sofreram uma variação pouco significativa. Esta conta inclui 31.475.987,49€ referentes a Contratos Programa, 6.340.201,20€ do FEDER, 1.424.278,83€ da ARM, 483.759,61€ do IFADAP, 282.877,42€ do FEADER, e os restantes 70.989,13€ referentes a outros.

Note-se que os valores referidos anteriormente, dizem respeito a proveitos a reconhecer em exercícios seguintes, conforme princípio de especialização. Esta conta movimenta-se inicialmente a crédito pelo montante do proveito a diferir, por contrapartida de contas de terceiros.

Convém frisar que os subsídios de investimento assinados com o Governo Regional, ou financiados por Fundos Comunitários, os quais, estando associados a ativos, são movimentados numa base sistemática para a conta 7983 – “Proveitos e Ganhos Extraordinários” à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

**QUADRO N.º 8 EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS**

Evolução das Dívidas a Terceiros	2010	2011	2012
Dívidas a Terceiros MLP	11.368.926,88	10.634.402,00	9.885.663,61
Total Dívidas MLP	11.368.926,88	10.634.402,00	9.885.663,61
Dívidas a Terceiros CP:			
Fornecedores C/C	2.046.509,65	4.427.882,95	3.676.388,93
Fornecedores - Fact Recepção e Conferência	0,00	1.771.672,00	1.993.403,67
Fornecedores Imobilizado C/C	4.765.172,84	4.308.854,37	4.352.720,68
Estado e Outros Entes Públicos	54.750,10	57.708,73	61.290,04
Outros Credores	7.135,99	11.314,46	3.090,25
FI - Faturas em Recepção e Conferência	0,00	0,00	24.962,09
Total Dívidas CP	6.873.568,58	10.577.432,51	10.111.855,66

Unid: Euros

Tal como se pode observar no quadro anterior, e como já referido anteriormente, as dívidas a terceiros de MLP têm vindo a diminuir nos últimos três anos. Contrariando esta tendência, as dívidas a curto prazo em 2011 e 2012 permaneceram praticamente inalteráveis. Salienta-se que no exercício em questão, estas sofreram uma diminuição muito pouco significativa.

3.3.2. ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO

Segundo o disposto na Lei n.º 2/2007 de 15 janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98 de 6 agosto, nomeadamente nos artigos 36.º, vêm estabelecer o conceito de endividamento líquido municipal, como sendo a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, e a soma dos ativos.

Tal como se pode verificar no quadro seguinte, o total do endividamento líquido Municipal, em 2012 desceu substancialmente comparativamente ao ano anterior. Deve-se ao facto, de neste exercício, o Município proceder à regularização da verba a receber da ARM (Águas e Resíduos da Madeira) no montante de 1.521.484,80 Euros.

3.3.3. ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 2012 não foram contraídos novos empréstimos bancários. O valor em dívida em 1 Janeiro de 2012 era de 10.634.402,00, no final do exercício era de 9.885.663,61, tendo-se amortizado 748.738,39 durante o ano de 2012, conforme mapa de empréstimos em anexo.



Atendendo ao preceituado no art.º 66º do Orçamento de estado para 2012, no qual se estabeleceu os critérios para o cálculo do endividamento de MLP, observamos que o Município concluiu o ano com o endividamento de MLP de 8.931.841€, face ao limite de 9.599.367€ publicitado pela DGAL.

QUADRO N.º 9 EVOLUÇÃO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

Evolução Endividamento		31 Dezembro de 2010		31 Dezembro de 2011		31 Dezembro de 2012	
		Devedores	Credores	Devedores	Credores	Devedores	Credores
	Disponibilidades						
11	Caixa	17.693,81	0,00	6.248,40	0,00	9.585,69	0,00
12	Depósitos Bancários	467.513,52	0,00	157.192,18	0,00	188.225,27	0,00
15/18		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Terceiros						
21.1	Clientes C/C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2	Contribuintes C/C	158.292,21	0,00	213.937,97	0,00	220.312,48	0,00
21.3	Utentes C/C	9.444,41	0,00	5.167,76	0,00	1.012,78	0,00
21.7	Clientes Utentes - Cauções	0,00	26.101,11	0,00	34.379,82	0,00	8.278,71
21.8	Clientes Contribuintes e Utentes Agua	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.9	Adiantamento de Clientes Utentes e Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
221	Fornecedores C/C	0,00	2.046.509,65	0,00	4.427.882,95	0,00	3.676.388,93
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	0,00	0,00	0,00	1.771.672,00	0,00	1.993.403,67
229	Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
231	Empréstimos Bancários	0,00	11.368.926,88	0,00	10.634.402,00	0,00	9.885.663,61
24	Estado e Outros Entes Públicos	0,00	23.706,82	0,00	20.774,99	0,00	24.354,10
25.1	Devedores por exec orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25.2	Credores por exec do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
261	Fornec. de Imobilizado	0,00	4.765.172,84	0,00	4.308.854,37	0,00	4.377.682,77
262	Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
263	Sindicatos	0,00	0,00	0,00	374,52	0,00	370,76
268	Devedores e Credores Diversos	14.727.404,17	0,00	4.758.773,73	0,00	6.499.684,32	0,00
27	Acréscimos e Deferimentos (Sem Subs. e Outr.Prov dif)	106.048,93	161.513,28	117.864,72	130.730,90	57.233,76	213.916,77
28	Empréstimos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411	Investimentos Financeiros	75.000,00	0,00	135.000,00	0,00	135.000,00	0,00
	TOTAL	15.561.397,05	18.391.930,58	5.394.184,76	21.329.071,55	7.111.054,30	20.180.059,32



3.3.4. INDICADORES DE GESTÃO

Tendo em conta, as particularidades e limitações duma estrutura pública, no caso particular dos Municípios, cujo objetivo primordial é a satisfação das necessidades dos utentes, não é fácil encontrar rácios apropriados para analisar as contas, contudo apresentamos de seguida alguns rácios.

QUADRO N.º 11 INDICADORES GESTÃO

RÁCIOS		2010	2011	2012
Autonomia Financeira	Fundos Próprios/Ativo Líquido	0,59	0,57	0,57
Solvabilidade	Fundos Próprios/ Passivo	1,49	1,35	1,34
Liquidez Geral	Circulante/Passivo C.P	2,26	0,51	0,70
Liquidez Reduzida	Ativo Circulante - Existências/Passivo CP	2,24	0,49	0,69
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo CP	0,07	0,01	0,02
Dependência MLP	Dívida MLP/Ativo Total	0,07	0,07	0,07
Endividamento	Dívidas a Terceiros CP/ Fundos Próprios + Passivo	0,04	0,07	0,07

O rácio da **Autonomia Financeira**, este indicador evidencia a parte do ativo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quanto maior for este rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que dará maior autonomia. Note-se que este indicador, tem-se mantido praticamente inalterável nos últimos três anos. Resultando daí, que o Município continua dependente dos financiamentos externos.

O rácio de **Solvabilidade** mede a capacidade financeira global da entidade poder cumprir os seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver as dívidas (de curto e médio e longo prazo). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores. Quanto maior for este rácio, maior será a capacidade de solver compromissos. Tendencialmente, este indicador tem vindo a diminuir nos últimos três anos.

O rácio de **Liquidez Geral**, mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos previstos. Se analisarmos o quadro anterior, podemos verificar que este tem tido um comportamento instável ao longo dos anos.

O rácio de **Liquidez Reduzida**, mede a capacidade das disponibilidades e dos créditos de curto prazo cobrirem as dívidas de curto prazo. Apresenta um comportamento semelhante ao rácio anterior, as disponibilidades e os créditos de curto prazo não são suficientes para cobrirem as dívidas de curto prazo.

O rácio de **Liquidez Imediata**, mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelas disponibilidades. Verificou-se valores relativamente baixos em 2011 e 2012, deste modo, podemos concluir a fraca possibilidade das disponibilidades cobrirem os débitos de curto prazo.

O rácio de **dependência MLP**, mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP. Apesar de valores relativamente baixos, o grau de dependência manteve-se inalterável nos últimos três anos.

O rácio de **Endividamento CP**, quanto maior o rácio, tanto maior o peso das dívidas de curto prazo. O rácio manteve-se inalterável em 2012.

3.3.5. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

QUADRO N.º 12 EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS

Proveitos	2010	2011	2012
Vendas e Prestações de Serviços	882.354,61	780.525,79	323.229,33
Vendas	499.292,02	370.796,97	367,52
Prestações Serviços	383.062,59	409.728,82	322.861,81
Impostos e Taxas	1.052.149,85	1.080.371,02	918.560,65
Proveitos Suplementares	20.319,20	38.833,00	19.181,36
Transferências e Subsídios Obtidos	5.328.603,02	4.786.085,68	4.525.222,20
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.092,86	966,31	50.889,59
Proveitos Extraordinários	1.586.630,08	1.479.305,57	2.209.985,58
Total	8.871.149,62	8.166.087,37	8.047.068,71

UNID: EUROS

Verificou-se uma quebra nos proveitos ao longo destes três anos, reflectido essencialmente no decréscimo das vendas e prestações serviços, impostos e taxas e transferências e subsídios obtidos. Em sentido inverso, salientam-se o acréscimo na rubrica proveitos extraordinários e proveitos e ganhos financeiros no montante de 730.680,01€ e 49.923,28€ respectivamente. Deve-se ao facto de procedermos a regularizações em obras concluídas em anos anteriores financiadas



por Contratos Programa, IFAP, sendo o proveito do ano reconhecido na conta 79.8.3 e o do ano anterior na conta de resultados transitados. Em relação aos proveitos financeiros, deve-se a contabilização do duodécimo a reconhecer como proveito do ano, da verba a receber da ARM pelo uso dos bens e infraestruturas e equipamentos pertencentes ao Município, proveniente do contrato celebrado a 30 anos entre a ARM e o Município em fevereiro de 2011, sendo que o proveito referente ao ano anterior foi contabilizado na conta de resultados transitados, o remanescente em proveitos diferidos.

QUADRO N.º 13 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Custos	2010	2011	2012
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	259.753,39	1.501.415,66	123.259,50
Mercadorias	6.762,60	1.334.569,73	0,00
Matérias	252.990,79	166.845,93	123.259,50
Fornecimentos e Serviços Externos	1.690.210,29	2.821.169,15	1.025.426,01
Custos com Pessoal	2.025.737,06	1.703.798,13	1.539.056,17
Remunerações	1.741.606,12	1.392.578,88	1.296.982,35
Encargos Sociais	284.130,94	311.219,25	242.073,82
Transferências e Subs. Correntes Concedidos	752.629,45	907.635,50	705.486,41
Amortizações Exercício	4.389.641,72	4.476.232,88	5.241.462,16
Outros Custos Operacionais	69.847,28	53.272,96	19.330,18
Custos e Perdas Financeiras	265.871,73	304.801,75	279.299,41
Custos e Perdas Extraordinários	67.869,54	1.763.957,68	110.862,06
Total	9.521.560,46	13.532.283,71	9.044.181,90
Total (s/ amortizações)	5.131.918,74	9.056.050,83	3.802.719,74

Unid:Euros

Os custos totais apresentam uma diminuição em aproximadamente 33%, significando, em volume monetário, na ordem das 4.488.101,81€. Se extrairmos aos custos totais os custos relacionados com as amortizações do exercício, já que, apesar de serem consideradas para efeitos do cálculo do resultado líquido do exercício, estas não implicam saída de fluxos financeiros. Estas representam cerca de 58% do total dos custos.

Quanto aos custos com pessoal, nesta conta registam-se as remunerações ilíquidas de todo o pessoal afecto ao Município, bem como todos os encargos patronais associados, designadamente: subsídio de refeição; abono para falhas; ajudas de custo, encargos com saúde, encargos com ADSE e seguros de acidentes no trabalho. Estes denotam uma diminuição em cerca de 10% face ao período anterior, deve-se sobretudo as reduções previstas na Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro que aprovou Orçamento do Estado para 2012. Nomeadamente a suspensão do pagamento parcial ou mesmo integral dos subsídios de férias e de Natal como medida excepcional de estabilidade orçamental. A revogação do subsídio de insularidade como medida do rigoroso programa de austeridade para a Madeira prevista no Decreto Legislativo Regional n.º 1/2012/M.

Com base no “chumbo” do tribunal constitucional à suspensão do pagamento do subsídio de férias aos funcionários públicos, efetivamos o princípio da especialização do exercício, nomeadamente o acréscimo de custo no exercício de 2012 das férias e subsídios de férias e respectivos encargos a pagar em 2013. Dai os valores constantes na demonstração resultados serem ligeiramente superiores aos do mapa dos fluxos de caixa.

3.4. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

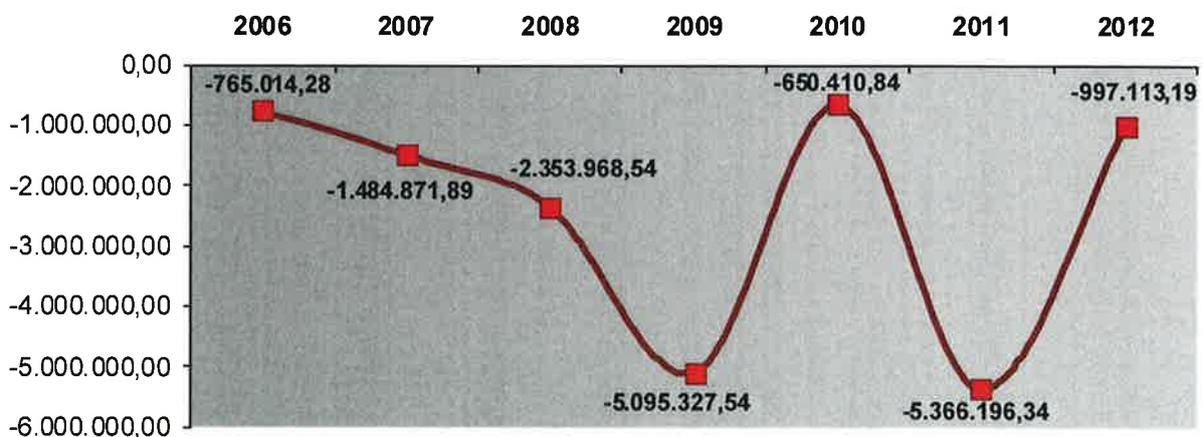


Gráfico nº 17 - Evolução Resultado Líquido Exercício

Se observarmos o gráfico anterior, verificamos que o Resultado Líquido do Exercício tem-se mantido negativo nos últimos 7 anos. No exercício de 2012 sofreu uma variação positiva no montante de 4,37 milhões euros face ao ano anterior. O aumento de alguns proveitos, acompanhado da redução substancial de alguns custos levou a que o resultado líquido do exercício disparasse em sentido positivo.



4. CONCLUSÃO

O agravamento da conjuntura económica no nosso país, com inclusão de um plano de resgate à região, estipulando que a economia madeirense fosse alvo de um duplo aumento de impostos, com diminuições dos investimentos e das verbas disponíveis no âmbito do orçamento regional e das transferências para o poder local, levou a que o Município de Ribeira Brava exercesse em 2012 uma contenção orçamental, muito superior ao estabelecido em anos anteriores.

Ora, a implementação destas medidas de austeridade, conduziram a uma perda do poder de compra dos nossos cidadãos, conjugado com o aumento do desemprego, o que levou a uma perda de confiança na atividade económica gerando uma adversidade ao investimento privado na construção, nos serviços e no comércio.

Deste modo, todas estas medidas resultaram numa perda de receitas para o Município, provocando uma necessidade urgente de contenção da despesa. Tendo tal sido conseguido, através do abrandamento dos investimentos em curso, da negociação de planos de pagamento a curto, médio e longo prazo com os fornecedores e da redução de todas as despesas correntes, por forma a continuarmos a garantir um serviço público de qualidade aos ribeirabravenses.

Em suma, e apesar de todas estas dificuldades, os elementos deste Município, estão empenhados em continuar a perseverança mantida até aqui, aumentando a criatividade e eficiência da utilização dos recursos disponíveis, no sentido de tentar reduzir ao máximo as dificuldades económico-sociais dos nossos munícipes.

5. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com o disposto no POCAL, ponto 273 aprovado pelo Decreto – Lei nº 54-A/99 de 22 Fevereiro propõe-se, que o Resultado Líquido do Exercício no valor de - 997.113,19 Euros, seja transferido para a conta 59 - Resultados Transitados.

Órgão Executivo

Em 22 de Abril de 2013

Órgão Deliberativo

Em 26 de Abril de 2013